

**PROCESSO DE TRABALHO: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**Objetivo do Processo de Trabalho: **Solucionar conflitos trabalhistas com celeridade, autonomia e justiça.****IDENTIFICAÇÃO DO RISCO**

Nº	RISCO		
	CAUSA	EVENTO	CONSEQUENCIA
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b>		<b>Secretaria de Gestão de Pessoas</b>	
1	Impossibilidade de nomear novos servidores	Ausência do suprimento de claros de lotação em Varas da Capital	Atrasos na tramitação em 1º Grau
2	Baixa adesão aos exames periódicos	ausência de atuação preventiva em saúde	adoecimento e absenteísmo
3	Impossibilidade de nomear novos servidores	aumento do número de aposentadorias	Atrasos na tramitação em 1º Grau
4	Aumento do número de aposentadorias	dificuldades de reposição em acupações críticas	Atrasos na tramitação em 1º Grau
5	Aumento das atribuições da Secretaria	Inviabilizar remanejamento de pessoal para o 1º Grau	Ausência do suprimento de claros de lotação no 1º Grau
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b>		<b>Secretaria de Gestão Estratégica</b>	
4	Falha no apuração dos resultados das metas (Dados inseridos incorretamente no Pje pelas unidades judiciais; Calculo feito de forma errada pela SGE; Interpretação equivocada da meta; Informações incorretas/incompletas fornecidas pela SETIC)	Resultados distorcidos	Proporcionar uma má gestão da unidade judicial
4			Dificultar o alcance das metas institucionais pelas unidades judiciais
6	Indisponibilidade dos sistemas de apuração dos dados	Metas não aferidas	Proporcionar uma má gestão da unidade judicial
7			Dificultar o alcance das metas institucionais pelas unidades judiciais
5	Falta de capacitação dos servidores nos sistemas utilizados pela SGE	Ausência de informações relativas às metas	Proporcionar uma má gestão da unidade judicial
6			Dificultar o alcance das metas institucionais pelas unidades judiciais

5	Ausência de mapeamento dos processos de trabalho da área de estatística	Ausência de informações relativas às metas	Proporcionar uma má gestão da unidade judicial
8			Dificultar o alcance das metas institucionais pelas unidades judiciais
9	Afastamento/desligamento do estatístico do Tribunal	Ausência de informações relativas às metas	Proporcionar uma má gestão da unidade judicial
7			Dificultar o alcance das metas institucionais pelas unidades judiciais
8	Falha na gestão de projetos (Falta de capacitação dos servidores em gestão de projetos; Ausência de servidor dedicado para gestão de projetos; Alta rotatividade dos servidores da SGE)	Inexistência de projetos estratégicos	Proporcionar uma má gestão da unidade judicial
6			Dificuldade no acesso à Justiça
10	Falha na gestão de riscos (Falta de capacitação dos servidores em gestão de riscos; Ausência de servidor dedicado para gestão de riscos; Alta rotatividade dos servidores da SGE; Apoio insuficiente da Alta Administração para a Gestão de Riscos)	Não identificação dos riscos estratégicos	Paralisação da atividade fim do Tribunal
11	Apoio insuficiente da Alta Gestão para o Planejamento Estratégico	Não realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia	Não cumprimento das metas pelas unidades judiciais
	Falta de capacitação dos servidores em Planejamento Estratégico	Ausência de Plano Estratégico Institucional	Unidades judiciais trabalhando desorganizadamente
	Falta de capacitação dos servidores em Planejamento Estratégico	Plano Estratégico Institucional deficiente	Unidades judiciais trabalhando em descompasso com a sociedade
	Falha na elaboração do Plano Estratégico Institucional (Falha na análise SWOT; Inobservância das orientações dos Tribunais e Conselhos superiores; Apoio insuficiente da Alta Gestão para a elaboração do Planejamento Estratégico; Baixa adesão dos servidores e magistrados do TRT19 na construção do PEI)	Plano Estratégico Institucional deficiente	Unidades judiciais trabalhando em descompasso com a sociedade
	Falha na execução do Plano Estratégico Institucional (Desdobramento da estratégia insuficiente; Baixa adesão dos servidores e magistrados do TRT19 na execução do PEI; Apoio insuficiente da Alta Gestão para a execução do Planejamento Estratégico)	Descumprimento do Plano Estratégico	Dificuldade no cumprimento das metas pelas unidades judiciais

	Falha na revisão do Plano Estratégico Institucional (Inobservância das orientações dos Tribunais e Conselhos superiores; Descumprimento do cronograma das RAEs)	Plano Estratégico Institucional desatualizado	Direcionamento equivocado das unidades judiciais
	(Falha no acompanhamento dos indicadores pelas unidades responsáveis; Falha no monitoramento dos indicadores e metas pela SGE; Apoio insuficiente da Alta Gestão para a realização das RAEs)	Indicadores e metas descalibrados	Direcionamento equivocado das unidades judiciais
	Falha na comunicação da estratégia (Falta de Plano de Comunicação da Estratégia; Não execução do Plano de Comunicação da Estratégia)	Desconhecimento da Estratégia Institucional	Unidades judiciais trabalhando desorganizadamente
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b>		<b>Coordenadoria de Licitações</b>	
	Ausência de recursos financeiros para a manutenção da estrutura do Tribunal ano de 2020	Contingenciamento severo do orçamento da Justiça do Trabalho para o exercício de 2020	Falta de bens e serviços que irão impactar na prestação jurisdicional célere.
	Atraso na Aprovação do Orçamento anual do TRT	Redução do prazo para executar as demandas do Plano Anual de Contratações	Queda no percentual de acordos ou sentenças prolatadas
	Falta de critérios para priorização das demandas do Plano Anual de Contratações	Corte inadequado da contratação serviços e aquisições bens essenciais para prestação jurisdicional	Não alcançar os objetivos estratégicos do órgão quanto a demora na prestação jurisdicional
	Deficiência na Análise dos Riscos que podem impactar na atividade fim do órgão	Desconsideração de atos administrativos que gerem riscos relevantes na prestação jurisdicional	Não estar preparado para os impactos decorrentes dos riscos não tratados que podem gerar falha na prestação Jurisdicional.
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b>		<b>Coordenadoria de Material e Logística</b>	
	Falta de material de expediente	Interrupção no seu fornecimento	Comprometimento das atividades administrativas e judiciais da Vara do Trabalho e Gabinetes de Desembargadores
	Ausência de manutenção nos mobiliários	Equipamentos apresentarão defeitos	Inexistência de ergonomia, comprometimento da qualidade de vida e saúde do público interno com surgimento de eventuais absenteísmos na Unidade Jurisdicional de Primeiro e Segundo Graus

	Inexistência de reserva técnica de mobiliário	Ausência de substituição de mobiliários que apresentem eventuais defeitos ou que estejam quebrados	Falta de ergonomia, comprometimento da qualidade de vida e saúde do público interno com surgimento de eventuais absenteísmos na Unidade Jurisdicional de Primeiro Grau e Segundo Graus
	Não renovação do seguro de imóveis	inexistência de seguro dos imóveis	Eventual sinistro nos prédios das Vara do Trabalho ou do Tribunal poderá comprometer além do esperado a prestação jurisdicional
	Envio com atraso à Coordenadoria de Licitações dos Termos de Referência da CML no prazo previamente estabelecido em cronograma	Perda da validade das Atas de Registros de Preços em vigor sem a assinatura dos novos contratos tempestivamente o que implicará na interrupção do fornecimento de bens permanentes e materiais de consumo	Atraso nas atividades administrativas e jurisdicionais da Vara do Trabalho e Gabinete dos Desembargadores
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b>		<b>Coordenadoria de Manutenção e Projetos</b>	
	PROBLEMAS TÉCNICOS NA REDE DA CONCESSIONÁRIA	INDISPONIBILIDADE DE ENERGIA	FALTA DE ILUMINAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; INDISPONIBILIDADE DE SISTEMAS DE MONITORAMENTO (SEGURANÇA)
	GERADORES NÃO FUNCIONAM	INDISPONIBILIDADE DE ENERGIA	INDISPONIBILIDADE ELEVADORES (ACESSIBILIDADE); PARALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS; INTERRUPÇÃO SALA COFRE E DATA CENTER; INDISPONIBILIDADE DE SISTEMAS DE COMBATE AO INCÊNDIO; FALTA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA
	PROBLEMAS ELETROMECCÂNICOS	INDISPONIBILIDADE DOS GERADORES	FALTA DE ENERGIA; INDISPONIBILIDADE DE ELEVADORES, SALA COFRE, DATA CENTER
	FALTA DE COMBUSTÍVEL	INDISPONIBILIDADE DE GERADORES	FALTA DE ENERGIA; INDISPONIBILIDADE DE ELEVADORES, SALA COFRE, DATA CENTER
	DEFEITOS ELETROMECCÂNICOS	INDISPONIBILIDADE DE ELEVADORES	REDUÇÃO OU MESMO FALTA TOTAL DE ACESSIBILIDADE; PARALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS
	FALTA DE ENERGIA ABASTECIDA PELOS GERADORES	INDISPONIBILIDADE DE ELEVADORES	REDUÇÃO OU MESMO FALTA TOTAL DE ACESSIBILIDADE; PARALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS
	CONTRATOS TERCEIRIZADOS INDISPONÍVEIS	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRECÁRIA	SISTEMAS DE INFRAESTRUTURA DESCONTINUADOS REDUZINDO A CAPACIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

	FISCALIZAÇÃO PRECÁRIA	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRECÁRIA	SISTEMAS DE INFRAESTRUTURA DESCONTINUADOS REDUZINDO A CAPACIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
	INDISPONIBILIDADE DE DESLOCAMENTOS PARA O INTERIOR	MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PRECÁRIA	SISTEMAS DE INFRAESTRUTURA DESCONTINUADOS REDUZINDO A CAPACIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b>		<b>Coordenadoria de Segurança Institucional</b>	
	Falta de plano de combate a incêndios	Incêndio nas dependências do Tribunal	Invalidez ou morte de servidores, magistrados e jurisdicionado.
	Estruturas físicas inadequadas		Fechamento das unidades judiciais por prazo indeterminado
	Falta de manutenção no equipamentos de combate a incêndio		Não realização de audiências e sessões do Pleno
	Falta de abastecimentos dos geradores	Interrupção no fornecimento de energia elétrica nas Varas, Gabinetes e Tribunal Pleno	Atraso na realização de audiências e sessões do Tribunal Pleno
	Falta do controle de acesso, circulação e permanência de pessoas nos Fórum e Varas	Insegurança nas dependências do Tribunal	Não realização de audiências e sessões do Pleno
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b>		<b>Diretoria Geral</b>	
	FALHA NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO TRIBUNAL.	ORÇAMENTO INSUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRIBUNAL.	PARALISAÇÃO DA ATIVIDADE FIM DO TRIBUNAL.
	FALHA NA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – PAC.	DEFINIÇÃO EQUIVOCADA DAS PRIORIDADES NAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES A SEREM REALIZADAS PELO TRIBUNAL.	AUSÊNCIA DE AQUISIÇÕES E/OU CONTRATAÇÕES QUE SÃO ESSENCIAIS PARA A PRESTAÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL.
	ATRASO NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL.	PRAZO MUITO REDUZIDO PARA A EXECUÇÃO TOTAL DO ORÇAMENTO.	MÁ QUALIDADE NO GASTO COM IMPACTO NEGATIVO NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.
<b>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</b>		<b>Escola Judicial</b>	
	Não acesso diário ao e-mail institucional e intranet	Não ciência das convocações e das notificações referentes aos eventos realizados pela Escola Judicial por parte dos servidores	Ausência dos servidores nos eventos; descumprimento do GPC; não atingimento das metas; investimento em capacitação sem retorno.
	Ausência de sensibilização dos gestores para o PGPC	Não liberação dos servidores para participarem nos eventos	Não participação dos servidores nos eventos; redução no número de servidores capacitados; dificuldades no planejamento e na organização das turmas.

	Ausência de relatórios gerenciais específicos nos sistemas SRH, SIGEP ( para servidores e magistrados)	Necessidade de elaboração manual dos relatórios gerenciais	Maior possibilidade de erros nas informações e na análise dos resultados; retrabalho; maior tempo dispendido, gerando desperdício de tempo.
	Redução no orçamento anual da EJUD19	Redução no número de bolsas para estágio	Comprometimento do Programa de Estágio do TRT19, interferindo negativamente nas ações de responsabilidade social.
	Redução no orçamento anual da EJUD19	Não fornecimento de coffee breake nos eventos da EJUD para magistrados e servidores	Desmotivação dos magistrados e servidores nos cursos com carga horária maior.
	Redução no orçamento anual da EJUD19	Diminuição na oferta de ações de capacitação para magistrados e servidores	Comprometimento da qualidade da prestação jurisdicional.
	Ausência de uma equipe voltada para EaD	Não produção de cursos específicos na modalidade EaD e para atender às demandas do TRT19	Redução na oferta de cursos customizadas com temas específicos para magistrados e servidores.
	Inadequação das informações contidas nos relatórios do PGPC	Apresentação de competências que não são passíveis de capacitação, bem como total de servidores informados para capacitação incorretos.	Aumento indevido de servidores a serem capacitados; inviabilidade de atingimento do índice de capacitação.

### UNIDADE ADMINISTRATIVA:

### Secretaria de Administração

	Gestão contratual ineficiente	Saldo de restos a pagar elevado	impacto no orçamento do exercício subsequente
	Falta de capacitação para servidores que compõem equipes de planejamento	ETP e PB/TR desatualizados perante a legislação	Dificuldades na gestão e fiscalização contratual
	Falta de capacitação para servidores que atuam como gestor e fiscal	Falhas nas ações de fiscalização e gestão	Resultado esperado na contratação comprometido (serviços e bens entregues sem qualidade/ execução dos serviços desconforme com o objeto
	Falta de controles internos para gestão e fiscalização de contratos	Obrigações contratuais deixam de ser cumpridas	Pagamento de compras e serviços incompatíveis com as obrigações assumidas
	Dificuldade no enquadramento da sanção contratual	Descrição pouco elaborada das sanções administrativas	Aplicação de penalidade desproporcional ao evento ocorrido
	Falta de controles internos para gestão e fiscalização de contratos	Obrigações contratuais deixam de ser cumpridas	Controle da garantia contratual / Controle do prazo de vigência contratual / conta vinculada - retenção e liberações
	Falha na fiscalização contratual	Inobservância das obrigações contratuais	Inexecução, parcial ou total, do contrato.
	Falta de leitura e compreensão detalhada do contrato pela gestão e fiscalização	Desconhecimento do contrato das obrigações contratuais	Execução dos serviços em desconformidade com o projeto
	Falta de procedimento para os recebimentos	Descrição pouco elaborada dos procedimentos adotados para o recebimento do objeto	Não recebimento dos bens ou recebimento inadequado

### UNIDADE ADMINISTRATIVA:

### Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - S

	Indisponibilidade do sistema PJe, falha nos computadores das salas de audiência e de sessão.	Impossibilidade de uso do sistema PJe.	Perda de produtividade, desconfiança, constrangimento institucional, retrabalho, prejuízo para a imagem institucional.
	Quadro de pessoal de TIC reduzido.	Falta de força de trabalho especializada para a manutenção do PJe.	Indisponibilidade total ou parcial do PJe, demora na resolução de erros, erros de configuração, demora na implantação de novos sistemas satélites, atrasos nas atualizações determinadas pelo CSJT.
	Contaminação eletrônica por vírus ou worms, ou outros códigos que afetam sistemas de forma não autorizada, como cavalos-de-tróia, exploits, bombas lógicas, etc.	Ataques ou contaminações cibernéticas.	Perda de produtividade, desconfiança, constrangimento na troca de informação, retrabalho, perda de dados, vazamento de dados sigilosos, prejuízo para a imagem institucional, indisponibilidade do sistema PJe.
	Excesso de calor, frio ou umidade, por ação direta em mídias de armazenamento ou equipamentos da infraestrutura do PJe.	Extremos de temperatura ou umidade na infraestrutura do PJe.	Deterioração das mídias de armazenamento de dados, redução da vida útil dos equipamentos, travamentos de sistemas, dano permanente dos equipamentos, indisponibilidade do sistema PJe.
	Interrupção de linhas, rompimentos de cabos entre as salas cofre e segura, interferências nas transmissões, quedas dos links de comunicação com a internet.	Falha em meios de comunicação da infraestrutura do PJe.	Indisponibilidade do sistema PJe, falha na replicação de dados, perda de dados, indisponibilidade do sistema PJe.
	Relâmpagos, emissões magnéticas ou cargas eletrostáticas.	Interferência eletromagnética na infraestrutura do PJe.	Danos ou interferências nas linhas de comunicação, perda de integridade ou perda dos dados armazenados em mídias, falhas em equipamentos, dano aos equipamentos, indisponibilidade do sistema PJe.
	Falha nos componentes dos servidores de rede e storages que compõem a infraestrutura do PJe	Falha de equipamento de infraestrutura do PJe.	Lentidão, indisponibilidade, perda de integridade dos dados ou perda de dados, indisponibilidade do sistema PJe.
	Falha no fornecimento de energia aliada a falha nos nobreaks ou nos grupos geradores que atendem as salas das salas cofre e segura.	Falta de energia	Danos aos equipamentos de infraestrutura, perda de integridade dos dados ou perda de dados, indisponibilidade do sistema PJe.
	Rompimento dos links de comunicação, indisponibilidade do provedor, ataques DDOS, falha no roteamento.	Falha no link de Internet	PJe indisponível para o público externo, consulta aos dados da RFB indisponível.
	Erro de configuração, erro de atualização, falha nos componentes do SGBD PostgreSQL, sobrecarga.	Falha no Banco de Dados do PJe	Lentidão, perda de sincronização com as réplicas, perda de integridade dos dados ou perda de dados, indisponibilidade do sistema PJe.

	Falha nos componentes da solução de backup, erro de configuração, erro de atualização, erro de software de gerenciamento de backup, sobrecarga de dados.	Falha no Backup	Não execução das rotinas de backup, falha na recuperação de dados, perda de dados críticos, demora ou impossibilidade de recuperação de desastre no PJe, indisponibilidade do sistema PJe.
	Erro de configuração, erro de atualização, falha nos componentes do S.O.	Falha no Sistema Operacional do PJe	Lentidão, indisponibilidade parcial ou indisponibilidade total do sistema, indisponibilidade do sistema PJe.
	Erro de configuração, erro de atualização, falha nos componentes do firewall.	Falha no Firewall	Perda de comunicação com a internet, perda de comunicação com a rede do interior, perda de comunicação entre os componentes internos de infraestrutura, indisponibilidade do sistema PJe.
	Erro de configuração, erro de atualização, falha nos componentes JBoss.	Falha no Servidor de Aplicação do PJe	Lentidão, indisponibilidade parcial ou indisponibilidade total do sistema, indisponibilidade do sistema PJe.
	Erro de configuração, erro de atualização, falha nos componentes do cluster Kubernetes.	Falha na solução de contêineres do PJe	Lentidão, indisponibilidade parcial ou indisponibilidade total do sistema, indisponibilidade do sistema PJe.

### UNIDADE ADMINISTRATIVA:

### Secretaria de Ordenação de Despesas

	NÃO AUTORIZAÇÃO, EM TEMPO HÁBIL, NO SISTEMA DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTOS DOS HONORÁRIOS PERICIAIS, PELA SECRETARIA DE ORDENAÇÃO DE DESPESAS - SOD.	ATRASO DO PAGAMENTO AO PERITO JUDICIAL.	ATRASO NO RECEBIMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS E EVENTUAL PARALISAÇÃO DO PROCESSO.
	APLICAÇÃO DE PENALIDADE CONFORME EDITAL/CONTRATO SEM OBSERVAR OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE.	O (A) CONTRATADO (A) PODE AJUIZAR AÇÃO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	NÃO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS PELO (A) CONTRATADO (A) PREJUDICANDO OU ATÉ PARALISANDO A ATIVIDADE FIM DESTE REGIONAL.

### UNIDADE ADMINISTRATIVA:

### Secretaria de Orçamento e Finanças

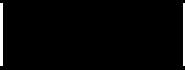
	Ausência de controle eficiente	Orçamento insuficiente	Impossibilidade de realizar pagamentos
	Falta de atenção no pagamento/erro na liquidação das despesas	Pagamento para fornecedor errado	Possível dano patrimonial
	Falta de conhecimento sobre a legislação	Recolhimento tributário indevido	Dano patrimonial decorrente de multa
	Falta de conhecimento sobre a legislação	Ausência de recolhimento de tributos	Dano patrimonial decorrente de multa
	Lançamentos contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais errados	Demonstrativos contábeis errados	Tomada de decisão equivocada, falta de controle, penalidades impostas pelos órgãos fiscalizadores etc.







**DATA DE IDENTIFICAÇÃO**



20.11.2019

20.11.2019

20.11.2019

20.11.2019

20.11.2019



20.11.2019

20.11.2019

20/11/2019

20.11.2019

20/11/2019

20/11/2019



20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019



13/11/2019
13/11/2019
30.11.2019
30.11.2020
30.11.2021
30.11.2022
30.11.2023
06.12.2019
06.12.2019
06.12.2019
20/11/2019
20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

20/11/2019

21/11/2019

21/11/2019

21/11/2019

21/11/2019

21/11/2019

21/11/2019

21/11/2019

21/11/2019

21/11/2019

**ETIC**





25/09/2019

25/09/2019

25/09/2019

25/09/2019

25/09/2019

20/11/2019

20/11/2019

22/11/2019

22/11/2019

22/11/2019

22/11/2019

22/11/2019

